

Autora Convidada

**Marilena Leite Paes**

Nesta edição, optamos pela justa homenagem póstuma a **Marilena Leite Paes**, importante construtora da arquivologia brasileira. Todos os esforços de evidenciamento de sua memória serão pequenos diante de sua obra na área.

Inspirados em sua permanente presença entre nós, decidimos "convidá-la" a (re)apresentar um singelo e contundente artigo seu, publicado no *Boletim Histórico e informativo do Arquivo do Estado de São Paulo*, em 1981, intitulado **A formação dos profissionais de arquivo**. Atentem os leitores que a reflexão da Marilena é publicada no momento em que todas as questões de formação da área e seus profissionais estavam em plena gestação. Por isso, **Brenda Rocco** destaca na sua resenha, nesta seção, que Marilena "já apresentava seu olhar crítico e visionário da área da Arquivologia", e que "é inegável notar o quão crítico e atemporal" é esse artigo de 1981.

Portanto, é uma honra para a nossa revista republicar esse artigo de Marilena Leite Paes com os comentários críticos da colega e colaboradora, professora **Brenda Rocco**. Estamos muito satisfeitos com a presença dessa nossa "Autora convidada".

De suma importância!

> A Revista do Arquivo está consolidando o seu conceito de periódico voltado para o mundo dos arquivos e suas interfaces, com sua face "acadêmica" e também de diálogo mais horizontal com os conhecimentos da área. A subseção na seção Artigos, intitulada Autor(a) Convidado(a) abre espaço para divulgação científica de diversas áreas do conhecimento, cujo objeto se baseia fortemente em pesquisa no acervo do APESP, ou considerados de grande relevância pelos editores. Para essa seção, os autores serão convidados pela editoria da Revista.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUIVO *

Marilena Leite Paes | Chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas.

RESUMO

Análise crítica sobre o ensino da Arquivologia no Brasil a nível de 2° e 3° graus.

ABSTRACT

A critical analysis of Archivology teaching in Brazil at 2nd and 3rd degrees schools.

Já há algum tempo os meios de comunicação, especialmente os jornais, a televisão e até mesmo alguns periódicos de grande circulação vêm dedicando apreciável parcela de seu espaço aos assuntos relacionados com memória nacional, expressão pomposa que obteve a aceitação não apenas de pesquisadores, estudiosos e intelectuais, como também da população em geral.

Logo surgiram adjetivações, tais como memória musical, memória do teatro, memória do cinema etc. para designar os mais variados gêneros documentais, incluindo-se desde papéis, livros, partituras musicais, peças literárias, fotografias, filmes, discos, fitas magnéticas e objetos, até monumentos e lugares históricos.

Em decorrência desse interesse, vêm sendo criados programas especiais (Promemus, Projeto Memória), assinados convênios, promovidos seminários e atividades similares, fazendo-se crer num súbito despertar de nacionalidade, de valorização do passado e de busca de nossas raízes.

Entretanto, se examinarmos em profundidade o fenômeno, memória nacional, verificaremos, sem surpresa, que apesar de uma maior conscientização quanto às nossas tradições e bens culturais, não só por parte das autoridades e pesquisadores, como também de toda a comunidade, muito pouco se tem feito para salvar e preservar, de fato e de direito, os repositórios dessa memória.

* Artigo originalmente publicado no Boletim Histórico e Informativo nº 1, do Arquivo do Estado, sob Supervisão do Prof. Dr. José Sebastião Witter, Secretaria de Estado da Cultura, Edições Arquivo do Estado, São Paulo, jan/abr 1981, pg. 05 a 11.

Nossos arquivos, bibliotecas e museus sobrevivem graças à dedicação de seus poucos colaboradores.

Face às peculiaridades de seus acervos, são os arquivos, entretanto, os que mais carecem da atenção de todos. Mais que atenção, carecem de recursos financeiros suficientes para dotá-los de instalações e equipamentos que garantam a salvaguarda dos documentos e, acima de tudo, de recursos humanos, em quantidade e qualidade suficientes para dar à documentação acumulada nos ricos acervos brasileiros tratamento adequado, a fim de que possam ser devidamente utilizados como fonte primária da informação.

Nesse ponto, entramos no âmago da problemática arquivística de nosso país: a formação de profissionais de arquivo.

Às falhas da educação no Brasil, sobejamente conhecidas de todos, tais como ineficiência dos cursos de graduação, proliferação de cursos de pós-graduação em algumas áreas e carência em outras, ausência de cursos profissionalizantes condizentes com as necessidades do mercado de trabalho, qualidade de ensino discutível, gratuidade do ensino universitário etc., juntam-se aquelas que atingem diretamente os profissionais de arquivo.

A história dos cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de arquivo tem início com a criação, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, dos cursos técnicos, destinados a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, bem como ao de terceiro oficial do Museu Histórico Nacional, muito embora datem de 1911 as primeiras referências conhecidas sobre cursos especializados do Arquivo Nacional, quando, pelo Decreto nº 9.197, de 9 de fevereiro, se instituiu o Curso de Diplomática.

Em 1930, Alcides Bezerra, erudito de extraordinária visão histórica, Diretor do Arquivo Nacional e responsável pela assinatura do Decreto nº 15.596, visando dotar o órgão de um corpo de competentes arquivistas, propôs que os cursos fossem incorporados à Universidade do Rio de Janeiro então em fase de projeto.

Em 1932, sugeriu a criação autônoma do curso técnico de arquivo, uma vez que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico haviam criado cursos próprios e independentes. Alcides Bezerra entendia que jamais se devia perder de vista "o caráter superior do curso técnico, que pressupõe nos candidatos conhecimentos de várias matérias do curso de humanidades".

A despeito das inúmeras lutas que travou para alcançar tais objetivos, seus esforços restaram inúteis, embora o Arquivo Nacional mantivesse cursos episódicos de especialização.

Após longo período de estagnação, por ocasião da reforma regimental de 1958, passam os cursos de especialização do Arquivo Nacional a funcionar em caráter regular.

Porém, somente a partir de 1960, os cursos começam a ser realizados sob a denominação de Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos.

Por intermédio do Parecer nº 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação, que autorizou a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, e consoante acordo firmado, em 25 de outubro de 1973, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Curso Permanente de Arquivo passou a funcionar, a partir de 1974, com mandato universitário.

Em março de 1977, o curso foi absorvido pela FEFIERJ, hoje denominada UNI-RIO, obedecendo ao currículo mínimo aprovado em Resolução de 7 de março de 1974, pelo Conselho Federal de Educação.

Atualmente, além da UNI-RIO, a Universidade Federal de Santa Maria, RS, e a Universidade Federal Fluminense vêm ministrando regularmente cursos de Arquivologia.

Paralelamente, outros estabelecimentos de ensino estudam a inclusão desses cursos em sua programação.

Pelo exposto, podemos concluir que, quanto ao aspecto quantitativo, parece não haver motivo para maiores preocupações, pelo menos no tocante aos cursos de nível superior, o mesmo não ocorrendo, porém, em relação aos cursos de 2º grau, igualmente previstos na legislação que regulamentou as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo (Lei nº 6.546, de 4-7-78 e Decreto nº 82.590, de 6-11-78).

Embora o Conselho Federal de Educação tenha aprovado, em 8-3-72, o Parecer nº 249/72, da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que inclui a Arquivística como habilitação profissional de ensino de 2º grau, fixando, inclusive, currículo e carga horária dos cursos para formar Técnicos de Arquivo, lamentavelmente, até o presente nenhuma providência efetiva foi tomada para a implantação desses cursos em nosso sistema de ensino.

Cabe aqui reforçar o óbvio, alertando mais uma vez a tantos quantos, de uma forma ou de outra, se encontram envolvidos no sistema educacional, da importância e da urgência de se formar pessoal qualificado de nível médio para executar tarefas de arquivo, sejam eles públicos ou empresariais, sob o risco de mais uma vez assistirmos a uma inversão de valores, isto é, ver Arquivistas

(nível superior) desempenhando funções de Técnicos de Arquivo (nível de 2º grau).

Com referência à qualidade de ensino dos cursos superiores de Arquivologia, alguns pontos merecem séria reflexão.

O sistema de créditos, importado e introduzido no Brasil sem as devidas adaptações à nossa realidade, é exercido sem levar em conta a especificidade de cada curso. Assim, por exemplo, exige-se dos alunos de Arquivologia os mesmos conhecimentos de matemática necessários ao aluno de Engenharia, pelo simples fato de a Estatística e a Automação constarem do currículo do curso.

Por outro lado, há que se considerar a falta de objetividade por parte dos professores na adequação de seus programas às necessidades do futuro profissional, fazendo com que os alunos passem alguns anos de sua vida universitária absorvendo conhecimentos sem qualquer aplicação futura, em detrimento de informações indispensáveis ao exercício da profissão.

Como exemplo podemos mencionar o que ocorre em relação ao ensino de Contabilidade. Para o Arquivista o que importa é saber quais são, qual a sua importância e o que significam os documentos contábeis, sendo totalmente irrelevante aprender como fazer lançamento, balanços etc.

Outro ponto digno de atenção mais cuidadosa e prioridade de providências diz respeito à melhoria do nível cultural dos Arquivistas que, segundo entendemos, deve ser basicamente promovida pelas universidades, mediante a inclusão de disciplinas complementares ao currículo mínimo, bem como pelo enriquecimento do conteúdo programático de seus cursos. Para tanto, seria indispensável aumentar a duração dos cursos, de três para, no mínimo, quatro anos.

Tendo em vista o universo do trabalho arquivístico e, conseqüentemente, dos conhecimentos técnicos e de cultura geral, indispensáveis ao exercício da profissão, julgamos de fundamental importância que as universidades, cumprindo seu papel de abrir novos caminhos, promovam cursos de pós-graduação lato sensu, isto é, de atualização, aperfeiçoamento e especialização na área da Arquivologia e matérias afins, visando preparar Arquivistas altamente qualificados, deixando os cursos de mestrado e doutorado voltados principalmente para a formação de professores e pesquisadores.

Concluindo, creio que podemos resumir aqui os principais problemas detectados na formação dos profissionais de arquivo e que estão a exigir providências imediatas das autoridades competentes:

a) inexistência, no ensino de 2º grau, de cursos de Técnico de Arquivo como habilitação profissional;

b) inadequação do sistema de créditos às especificidades do curso superior de Arquivologia;

c) inadequação do conteúdo programático dos cursos superiores de arquivo às reais necessidades do exercício profissional, por falta de informação do corpo docente;

d) displicência por parte das universidades quanto à melhoria do nível cultural dos Arquivistas;

e) carga horária insuficiente à formação de bons profissionais;

f) inexistência de cursos de pós-graduação, sejam eles de atualização, aperfeiçoamento e especialização, ou de mestrado e doutorado.

Finalizando, não poderíamos deixar de registrar o papel excepcional que a Associação dos Arquivistas Brasileiros vem desenvolvendo no cenário nacional, desde sua criação em 1971, em tudo o que diz respeito não só à profissão como à valorização do trabalho de arquivo.

Destaca-se sua participação na criação do curso superior de Arquivologia, a iniciativa da regulamentação da profissão, a realização de congressos e cursos, o debate e a colaboração permanente no sentido de aperfeiçoar o ensino da Arquivologia no Brasil, a divulgação de estudos e artigos técnicos em sua revista especializada Arquivo & Administração.

Entendemos que, somente usando as armas da educação e do ensino para formar profissionais competentes, poderemos realmente salvar a memória nacional como um todo, ordenando a documentação do passado, preparando a do presente e planejando a do futuro.

Tudo o mais são palavras e vaidades!